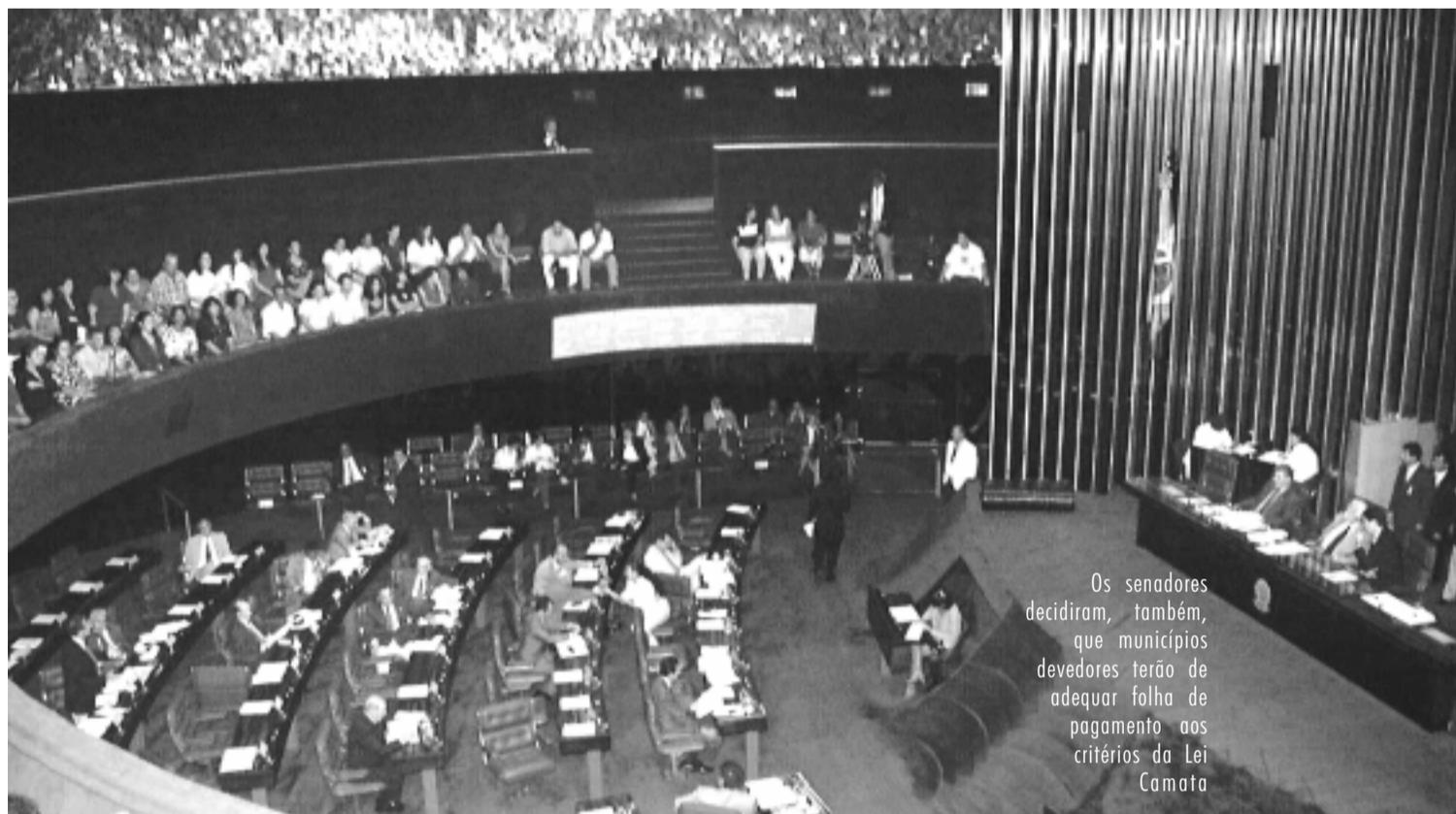




Senadores investigam em Cuiabá

As denúncias que integram o dossiê do juiz Leopoldino Marques do Amaral, encontrado morto no Paraguai, começam a ser investigadas pela CPI do Judiciário em Cuiabá, na próxima semana.

PÁGINA 7



Os senadores decidiram, também, que municípios devedores terão de adequar folha de pagamento aos critérios da Lei Camata

Municípios terão novas regras para refinanciamento de dívidas

Senadores aprovam projeto de resolução que autoriza o governo federal a assumir débitos e conceder parcelamento em 30 anos, com juros anuais de 9%. Prefeituras terão de destinar 13% de suas receitas líquidas para amortização

Envio de tropas para o Timor é aprovado

Congresso Nacional concorda com a ida de um contingente brasileiro para se juntar à força multinacional encarregada de restabelecer a normalidade no Timor Leste.

PÁGINA 5



O debate na Comissão de Erradicação da Pobreza durou quase cinco horas

CRISTOVAM E SECRETÁRIO DE CAMPINAS DEBATEM POBREZA

Durante quase cinco horas, Cristovam Buarque, ex-governador do Distrito Federal, e Arly de Lara Romeu, secretário de Assistência Social de Campinas, debateram com os parlamentares da Comissão de Erradicação da Pobreza idéias para eliminar as desigualdades sociais no Brasil.

PÁGINA 4

O Senado aprovou ontem projeto de resolução que possibilita aos municípios renegociarem, com a União, suas dívidas contratuais e mobiliárias. Os senadores autorizaram o governo federal a assumir as dívidas municipais, refinanciando o débito em 30 anos, com juros de 9% ao ano. De acordo com as novas regras, as prefeituras ficam obrigadas a reservar 13% de suas receitas líquidas para o pagamento do refinanciamento. O plenário alterou o substitutivo do senador Luiz Otávio – aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na última terça-feira – ao projeto original, do senador Osmar Dias. A votação gerou debate no plenário.

PÁGINA 3

Plenário discute concessão para saneamento

Projeto do senador licenciado José Serra estabelece diretrizes para a participação no setor da iniciativa privada. Também será apreciada na próxima semana proposta que regula o acesso ao Sistema de Administração Financeira (Siafi)

O Senado vota na terça-feira projeto de autoria do senador licenciado José Serra (PSDB-SP) que estabelece diretrizes para a concessão e o inter-relacionamento entre União, estados, Distrito Federal e municípios em matéria de serviços públicos de saneamento. Também estão incluídos na Ordem do Dia dois projetos de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Na quarta-feira, o Senado discute o projeto de autoria do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que estabele-

ce normas de acesso ao Sistema de Administração Financeira (Siafi) e a outros sistemas de informações de órgãos públicos. Também faz parte da pauta projeto de iniciativa da Câmara que trata do processo de trabalho nas ações que envolvam demissão por justa causa.

A Ordem do Dia de quinta-feira inclui a discussão do projeto da Câmara dos Deputados que dispõe sobre a gratuidade de transporte para os idosos. Também está na pauta da sessão a votação de um projeto

Os senadores analisarão na quinta-feira a gratuidade do transporte para idosos

de resolução de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA) que concede, excepcionalmente, autorização global aos estados para contratar empréstimo junto ao governo federal destinado a compensar perdas de receita decorrentes da implantação do Fundo de Valorização do Magistério.



CAE analisa pedido do Rio de Janeiro para emitir títulos

Pedido de autorização encaminhado pelo governo do Rio de Janeiro, para emissão de Letras Financeiras do Tesouro do estado (LFTRJ) destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária que vence no segundo semestre de 1999, será analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em reunião extraordinária a ser realizada às 17h da terça-feira.

O governo do Rio pleiteia emissão de LFTRJs no valor total de R\$ 956 milhões, equivalente a 95% do valor da

dívida vincenda. O Banco Central é contrário ao pleito e recomenda a conclusão do acordo de refinanciamento de dívidas com a União como alternativa para a reestruturação das finanças do estado.

De acordo com o parecer do BC, os dados "evidenciam que o estado do Rio de Janeiro tem déficits primários recorrentes e elevados, e um comprometimento com dívidas extremamente alto e crescente, o que recomenda não só cautela quanto à aprovação de novas

operações que representem endividamento adicional como, também, a utilização de quaisquer recursos disponíveis para quitação de dívidas".

A CAE, que é presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), também examinará o projeto de lei da Câmara que obriga fabricantes a instalar em aparelhos novos de televisão dispositivo que possibilite o bloqueio temporário de programação considerada inadequada pelo consumidor. Conforme o projeto, o dispo-

sitivo deve permitir o bloqueio da recepção de programas transmitidos por emissoras de sinal aberto e por operadoras de televisão por assinatura (cabo, microondas ou antena parabólica).

Além disso, as emissoras e operadoras ficariam obrigadas a transmitir, juntamente com os programas que contenham cenas de sexo e de violência, sinal que permita o seu reconhecimento pelo dispositivo instalado nos aparelhos de televisão.

Tourinho fala sobre licitação de bacias petrolíferas

O ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto, comparece na terça-feira, a partir das 10h, à reunião conjunta das comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Fiscalização e Controle (CF), para falar sobre o processo de licitação de 27 áreas de nove bacias petrolíferas, os fundamentos dos impactos tecnológicos e o detalhamento dos recentes aumentos nos preços dos combustíveis. Ele estará acompanhado do presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, e do diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP), David Zylbersztajn,

Na quarta-feira, a CAE fará reunião extraordinária às 17h, destinada a ouvir exposição do governador Mário Covas sobre as operações de crédito de interesse do estado de São Paulo que tramitam no Senado.

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 17 DE SETEMBRO DE 1999

PLENÁRIO

▶ 9h - Sessão não deliberativa

Antonio Carlos recebe o presidente do Zimbábue

O presidente da República do Zimbábue, Robert Mugabe, foi recebido ontem, no Salão Nobre do Senado Federal, pelo presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, dentro da programação da visita oficial do dirigente africano ao Brasil.

A atuação do Senado brasileiro foi um dos temas da conversa, pois o Zimbábue, depois de um período de quase dez anos de unicameralismo, planeja reabrir a Câmara Alta. Antonio Carlos explicou ao visitante o funcionamento do sistema de representatividade que garante igual peso a todos os estados da Federação no plenário do Senado. Falou também sobre o papel desempenhado pela Casa no fortalecimento das instituições políticas.

O presidente do Zimbábue explicou ao senador que, além do estreitamento das relações diplomáticas e co-

merciais, sua visita também tinha o objetivo de colher lições da experiência brasileira no exercício democrático e do esforço do país para inserir-se nas transformações da economia mundial.

— O Brasil é um país mais antigo que o nosso (o Zimbábue tornou-se independente em 1980). Também as nações são como uma família: há os que nascem primeiro e os que vêm depois, e nosso povo acredita que as gerações mais novas devem aprender com as mais velhas — disse Mugabe.

Antonio Carlos ressaltou que sua compreensão das dificuldades do processo de integração no Zimbábue é facilitada pelo fato de vir de um estado como a Bahia, onde a convivência das raças e culturas já é secular. O senador enfatizou também a importância da visita de uma figura de estadista como Mugabe, que liderou



O presidente do Senado explicou a Robert Mugabe o funcionamento do sistema de representatividade que garante peso igual a todos os estados

a independência de seu país e vem desempenhando papel fundamental na integração das etnias.

— Pela alta estatura de sua biografia, sua vida é uma lição para todos nós — afirmou.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado aprova renegociação de dívidas municipais

As prefeituras ficarão obrigadas, segundo o projeto, a reorganizar seus sistemas previdenciários e a reservar 13% de suas receitas líquidas para o pagamento dos débitos, que serão refinanciados pela União em 30 anos com juros de 9% ao ano

Plenário aprecia nove matérias na semana

Nove matérias foram votadas pelo plenário do Senado nesta semana, entre elas o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. De autoria do senador José Sarney (PMDB-AP), o projeto concede a estas empresas tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido, beneficiando quatro milhões de estabelecimentos, responsáveis por 60% da oferta de emprego no Brasil. A matéria segue para sanção presidencial.

O plenário aprovou também projeto de resolução estabelecendo condições para a renegociação das dívidas dos municípios, autorizando o refinanciamento do débito em 30 anos, com juros anuais de 9%, bem como a regulamentação da profissão de classificador de produtos vegetais, com exigência de conclusão de curso fiscalizado pelo Ministério da Agricultura. Além disso, os senadores renovaram as concessões de quatro emissoras de radiodifusão. Também foi estabelecida a revisão anual das declarações de rendimentos dos ocupantes de postos eletivos e de cargos de confiança no Poder Executivo, além de

dirigentes partidários, visando compará-las com os sinais exteriores de riqueza desses contribuintes.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou projeto aumentando o total de candidatos que poderão ser apresentados por cada partido para até três vezes o número de vagas. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deu pareceres favoráveis à criação de adicional de tempo de serviço para trabalhadores sob o regime da CLT; à estabilidade no emprego aos portadores do vírus da Aids; e ao estabelecimento de normas para lixo composto por plásticos, pilhas e baterias.

Em caráter terminativo, foram votados na CAS a extensão do salário-maternidade às trabalhadoras autônomas, e o programa de complementação alimentar às famílias carentes.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) votou o Sistema de Apoio ao Seguro Rural, a alteração da legislação sobre entidades de previdência privada, novas regras para a renegociação da dívida dos municípios e extensão do Simples a maior número de empresas.

Os senadores aprovaram ontem projeto de resolução que possibilita aos municípios renegociarem, com a União, suas dívidas contratuais e mobiliárias. Conforme a resolução, o governo federal fica autorizado a assumir as dívidas municipais, refinanciando o débito em 30 anos, com juros de 9% ao ano. O projeto define que as condições dos contratos de crédito devem ser baseadas na Medida Provisória 1891, que estabelece os critérios para as negociações com o Ministério da Fazenda. Assim, as prefeituras ficam obrigadas a reservar 13% de suas receitas líquidas para o pagamento do refinanciamento.

O plenário alterou o substitutivo do senador Luiz Otávio (PPB-PA) — aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na terça-feira — ao projeto original, do senador Osmar Dias (PSDB-PR). Os senadores aprovaram destaques pedidos pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), que, na prática, possibilita que a dívida mobiliária dos municípios também entre na renegociação. Outra alteração retirou o dispositivo pelo qual o Senado poderia sustar o efeito de qualquer operação contratada com o governo que não estivesse de acordo com os dispositivos legais.

Segundo dados da CAE, somente as dívidas contratuais dos municípios podem atingir R\$ 23 bilhões, envolvendo cerca de 4 mil municípios. O senador José Fogaça (PMDB-RS) apontou que, com a resolução, o Senado inverte o processo de análise dos contratos, e, em vez de dar o seu aval *a posteriori*, passa a autorizar a negociação *a priori*, de acordo com as condições estabelecidas na proposta.

— Esse alongamento da dívida, que deve ser paga em parcelas mensais, é



Osmar Dias apresentou o projeto original, que deixava de fora 16 municípios com mais de um milhão de habitantes

importante principalmente para os municípios estrangulados por dívidas pregressas. Em contrapartida, os prefeitos não poderão mais endividar-se e terão que assinar compromisso de reorganização do sistema previdenciário, além de adequar a folha de pagamento aos critérios da Lei Camata — afirmou Fogaça, que participou da subcomissão da CAE que analisou a questão.

PROJETO DESFIGURADO

A proposta inicial de Osmar Dias deixava de fora 16 municípios com mais de um milhão de habitantes. Dessa forma, o autor do projeto queria que o Senado pudesse analisar os contratos dessas cidades, que, segundo ele, são responsáveis por cerca de 95% do total das dívidas.

— O projeto foi totalmente desfigurado. Vamos premiar os que não se organizaram financeiramente — disse Osmar, que, junto com os senadores Paulo Hartung (PSDB-ES) e Álvaro Dias (PSDB-PR), votou contra os destaques que Jucá apresentou em nome da liderança do governo.

Hartung acredita que o projeto vai beneficiar os municípios que mais se endividaram e mais se desorganizaram.

Na sua avaliação, o Senado deveria criar medidas para estimular os estados e municípios que estão fazendo o seu “dever de casa”, controlando gastos e tomando medidas muitas vezes impopulares.

Na mesma linha, Álvaro Dias entende que o governo deveria estar concentrado em “pôr um ponto final na irresponsabilidade fiscal”. De acordo com relatório do Banco Mundial, que aponta o aumento da pobreza no Brasil, ele sugeriu que o governo mude a política de endividamento dos entes públicos do país.

Para o senador Roberto Requião (PMDB-PR), a possibilidade de renegociação é importante, mas ele não acredita que vá surtir efeito concreto, por entender que o pagamento das parcelas de amortização é impossível para 45% dos municípios, que arrecadam menos de 5% de seu orçamento. Esse problema, na sua opinião, é fruto da proliferação de novos municípios, criados sem viabilidade econômica.

Os senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Amir Lando (PMDB-RO) também participaram dos debates em plenário.



Marluce Pinto afirmou que atividade de classificador é importante para consumidor

Classificador de produto vegetal tem profissão regulamentada

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei regulamentando a profissão de classificador de produtos vegetais, que passa a precisar de certificado de conclusão de cursos profissionais, expedido pelo Ministério da Agricultura, devidamente registrado nos conselhos regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia para exercer a profissão. Caberá aos conselhos a fiscalização do exercício da profissão.

Segundo o projeto, terão permissão de exercer a profissão de classificador sem o certificado os profissionais com credenciamento oficial em função de cursos realizados anteriormente à vigência da

portaria do Ministério da Agricultura, que é de 1970, bem como os classificadores de café com mais de dez anos de profissão.

Em seu voto favorável, a relatora Marluce Pinto (PMDB-RR) argumentou que a atividade exercida pelos classificadores de produtos vegetais é necessária e importante para a economia brasileira e, em especial, para o consumidor.

O plenário também aprovou emendas exigindo que os conselhos regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia examinem o currículo do candidato e concedam autorização, antes que o profissional passe a exercer suas atividades. No caso do profissional registrado mudar de região

de atuação, precisará de nova autorização no respectivo conselho regional. O projeto volta à Câmara dos Deputados por ter sido modificado substancialmente durante sua tramitação no Senado.

RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 16 DE SETEMBRO DE 1999

1

Projeto de Resolução nº 89, de 1999. Osmar Dias. Autoriza os municípios a contratar operações de crédito destinadas à consolidação, assunção e refinanciamento de suas dívidas pela União.

Resultado: Aprovada a Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Suprimida a expressão “excluída a dívida mobiliária...”, destacada do art. 1º do Substitutivo. Suprimido o art. 6º, destacado do Substitutivo. Aprovada a Emenda nº 1-Plen, apresentada ao Substitutivo. À promulgação.

2

Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1996 (nº 1.286/91, na Casa de origem). Regulamenta o exercício da profissão de classificador de produtos vegetais a que se referem as leis nºs 5.025, de 10 de junho de 1966, e 6.305, de 15 de dezembro de 1975, e dá outras providências.

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 a 3-CAS. Rejeitado o art. 14, destacado, para adequação ao art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 1998. A matéria volta à Câmara dos Deputados.

3

Requerimento nº 450, de 1999. José Roberto Arruda. Solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 1999, com o Projeto de Lei do Senado nº 36, de 1999, por versarem sobre fundos e programas de apoio à cultura.

Resultado: Aprovado. O PLC nº 37, de 1999 e o PLS nº 36, de 1999, passam a tramitar em conjunto e retornam ao exame da CAE.

4

Requerimento nº 475, de 1999. Tião Viana. Solicita, nos termos regimentais, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 283, de 1999, de sua autoria, que toma obrigatória a pesquisa da hepatite B durante a assistência pré-natal e a vacinação, no prazo que menciona, das nascituras de mães portadoras do vírus da doença.

Resultado: Aprovado. O PLS nº 283, de 1999, vai ao Arquivo.

5

Requerimento nº 478, de 1999. Bello Parga. Solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos projetos de Lei do Senado nºs 321 e 519, de 1999, por versarem sobre a destinação dos recursos para o Distrito Federal.

Resultado: Aprovado. Os PLS nºs 321 e 519, de 1999, passam a tramitar em conjunto e retornam ao exame da CAE, em decisão terminativa.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

Erradicar a fome custa R\$ 36 bi, diz Cristovam

Ex-governador do DF e secretário de Assistência Social de Campinas expõem à Comissão Mista idéias e projetos para reduzir miséria. Senadores ressaltam que interesse em combater pobreza é unanimidade nacional

O ex-governador do Distrito Federal Cristovam Buarque e o secretário de Assistência Social de Campinas (SP), Arly de Lara Romeu, expuseram ontem para a Comissão de Erradicação da Pobreza o que entendem ser necessário para eliminar a miséria no país. Deputados e senadores integrantes da comissão concordaram com o entendimento de que, se é unânime o interesse nacional em enfrentar o problema, será possível tirar o país da posição de recordista mundial em desigualdades.

O professor Cristovam Buarque apresentou um elenco de medidas capazes, em sua opinião, de resolver a situação brasileira e assegurou que com R\$ 36 bilhões anuais — 12% da receita atual do governo, ou seja, 4% do que o Brasil paga de serviço da dívida externa — é possível executar programas sociais para eliminar a miséria. Ele considerou incrível que, 100 anos depois de abolida a escravidão, o Senado da República esteja discutindo um tema relacionado com a escravidão.

O ex-governador começou sua exposição elogiando a senadora Marina Silva (PT-AC) e o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Ele congratulou-se com o Senado por instalar uma comissão destinada a debater a erradicação da miséria nas últimas semanas do século XX, dizen-



Cristovam e Arly expuseram fórmulas para reduzir desigualdades sociais

do-se "satisfeito por ver que finalmente esse assunto é discutido em profundidade pela Casa". Também disse que o presidente Fernando Henrique Cardoso optou por igualar o Brasil aos países ricos, quando o país poderia ter investido em programas sociais e ser agora o líder dos países pequenos.

Cristovam Buarque condenou o corporativismo da sociedade brasileira e a perda do sentido de família. "Tratamos os pobres como se não fossem da nossa nacionalidade. Dividimos a nação brasileira em pedaços, e ninguém quer ceder nenhum pouquinho desse pedaço. Somos dominados pela lógica econômica e essa é a causa da nossa pobreza", disse o ex-governador. Ele apelou ao presidente e ao relator da

comissão para que tenham consciência da realidade histórica que examinam. Disse que essa não é uma comissão como outra qualquer — "essa comissão tem importância histórica e precisa romper com a idéia de que o que caracteriza a pobreza é a falta de riqueza".

Também afirmou que a pobreza no Brasil chegou a tal ponto que agora há um interesse da elite em erradicá-la. "A elite brasileira cansou de ter problemas no seu território e, como não é possível evaporar os pobres, está disposta a erradicar a miséria e se beneficiar disso. Hoje a elite se envergonha quando lê relatórios que situam o Brasil como o país mais desigual do mundo", constatou.

As idéias de Cristovam Buarque para erradicar a pobreza incluem colocar todas as crianças na escola. Ele disse que ainda há quatro milhões de meninos e meninas no trabalho, enquanto outros seis milhões vão apenas esporadicamente à escola. Informou que R\$ 3,3 bilhões por ano são necessários para pôr todas essas crianças em salas de aula. Mas ressaltou que não basta ter escolas. É preciso que elas tenham qualidade e professores eficientes. Em sua opinião, o Brasil precisa contratar 500 mil novos professores, e seus salários devem ser elevados a pelo menos R\$ 500,00 em média.

CAMPINAS

Também sustentando que é possível erradicar a miséria, o secretário de Assistência Social de Campinas, Arly de Lara Romeu, expôs o empenho da prefeitura daquele município em melhorar seus indicadores sociais. Ele disse que é fundamental o investimento em saúde, educação e acompanhamento da família, e informou que aquele município está elaborando um projeto de assistência integral para atender a família, a criança e o adolescente. Também informou que a prefeitura faz um permanente acompanhamento do desempenho de todas as crianças matriculadas na rede municipal de ensino, por entender que é essencial saber, por exemplo, por que

uma criança não está indo à escola.

Entre os empecilhos enfrentados pelos municípios para resolver problemas sociais, Arly da Lara Romeu apontou as dificuldades para conseguir-se recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); a Lei Camata, que muitas vezes impossibilita a substituição de uma assistente social; e o difícil aporte de recursos para a execução de serviços assistenciais. O secretário afirmou que hoje há muita gente trabalhando como voluntária na prestação de serviço social, mas observou que mesmo assim é necessária maior disponibilidade monetária.

Na opinião dele, o gerenciamento desses recursos é fundamental. Por isso, foi criada em Campinas uma unidade de avaliação e controle de todos os programas assistenciais. "Cada centavo que sai para assistência social é fiscalizado. É preciso que esse acompanhamento seja uma prática normal no país, para que realmente tenhamos credibilidade", afirmou.

O secretário de Assistência Social de Campinas referiu-se também à população infanto-juvenil que vive abandonada nas ruas, propondo que seja reintegrada no tecido social, mas de uma forma diferente. Em sua avaliação, países muito pobres conseguiram fazer muito mais que o Brasil na erradicação da pobreza, apesar de terem menos recursos.

Propostas animam os integrantes da comissão

Durou quase cinco horas a reunião em que a Comissão de Erradicação da Pobreza debateu com o ex-governador Cristovam Buarque e o secretário de Assistência Social de Campinas, Arly de Lara Romeu, idéias para eliminar as desigualdades sociais no Brasil. Referindo-se ao endividamento do Estado brasileiro, o presidente da comissão, senador Maguito Vilela (PMDB-GO), disse, durante os debates, que a dívida social é inaceitável: "Não se pode continuar dando calote na pobreza", afirmou.

O relator e deputado Roberto Brant (PSDB-MG) censurou a negligência do Estado e das elites brasileiras com a pobreza. Disse que o país gasta muito com investimentos sociais, mas os recursos são interceptados antes de chegar aos pobres. Ele condenou as desigualdades propiciadas pelo nosso regime de previdência social, e afirmou que a estratégia da comissão tem que ser realista, mas não covarde. "Nosso desafio é destacar recursos para um fundo destinado a programas sociais", sugeriu.

O senador Djalma Bessa (PFL-BA) disse que Cristovam Buarque trouxe à comissão um conceito de pobreza mais humano que técnico. Definiu como muito fácil o conceito de que pobre é quem ganha um salário mí-

nimo, e indigente o que ganha menos de um salário mínimo.

Djalma Bessa afirmou que a iniciativa de Antonio Carlos Magalhães, que originou essa comissão, é relevante sobretudo porque despersonalizou o assunto pobreza. "O projeto está em exame por uma comissão do Congresso, interpartidária, todos unidos num só objetivo", avaliou ele. Ele disse que a cifra de R\$ 36 bilhões, apontada por Cristovam como suficiente para executar programas sociais de erradicação da pobreza, é um estímulo. E sugeriu à prefeitura de Campinas uma maior divulgação do trabalho social que ali vem sendo feito, a fim de que outros estados e municípios possam vê-lo como modelo.

Marina Silva (PT-AC) referiu-se às mudanças históricas que a humanidade de considerava impossíveis. Citou como exemplo o fim do regime de *apartheid* na África do Sul, e observou que as idéias de Cristovam Buarque para erradicar a miséria são instigantes. "Se todos queremos acabar com a pobreza e só precisamos de R\$36 bilhões para isso, é claro que é possível", afirmou.

Ela lastimou que o compromisso de combater a miséria no Brasil seja uma idéia abstrata, e sugeriu uma lei do crime social, para fazer os omissos respon-



Maioria dos senadores considerou, após as palestras, que a meta de erradicar a pobreza pode ser alcançada

derem por sua inércia. Também argumentou que a principal pobreza a ser combatida é a pobreza de espírito.

PROPOSTA

Pedro Simon (PMDB-RS) disse que não existe nada mais importante no Brasil que as pessoas que estão morrendo de fome. Ele lamentou que seja tão insignificante o número de governantes preocupados com as crianças de zero a quatro anos de idade, lembrando que é exatamente nessa idade que se desenvolve o cérebro. Simon considerou altamente positivo o projeto de Cristovam para eliminar a miséria, mas se disse preocupado com o fato de que, no Brasil, o governo que assume muda tudo o que foi iniciado pelo governo anterior. Simon reconheceu que, se o Legislativo não fizer alguma coisa, fica difícil o país melhorar. Em sua opinião, os integrantes da comissão devem levar um projeto de

erradicação da miséria para o governo.

Roberto Saturnino (PSB-RJ) considerou importante que Cristovam incluísse a necessidade de estabilidade monetária num programa de erradicação da miséria. "A esquerda até hoje paga um preço muito caro por não ter prestado atenção no imposto da inflação, que sacrificava os mais marginalizados", disse ele. Saturnino sugeriu que a comissão se pautasse pela proposta do ex-governador do DF, mas pregou a necessidade de um imposto social. "Está na hora de os brasileiros que ganharam muito pagarem a fatura do combate à pobreza", afirmou.

Agnelo Alves (PMDB-RN) disse que, "felizmente ou infelizmente, o Brasil nunca teve uma revolução". Depois de referir-se aos vários governos constituídos e destituídos mediante golpes, ele admitiu que agora o Brasil está cultivando uma convicção de que é necessário agir

para erradicar a pobreza. "O mais importante é que se dê o primeiro passo", pregou ele.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sustentou que tanto a bolsa-escola quanto a renda mínima constituem, em sua opinião, direitos à cidadania. "Da mesma maneira que os pais fazem questão de prover os filhos de uma certa quantia, uma nação deve prover a todos que nela vivem de um direito básico à renda, o que é muito diferente de esmola", explicou.

— Se temos o direito, como parlamentares, de definir até mesmo nossa remuneração, por que não podemos assegurar que todas as pessoas possam receber algo como direito de cidadania? — questionou ele.

Os deputados Marcondes Gadelha, Alceu Collares, Paulo Paim, Euler Moraes e Felix Mendonça também participaram dos debates.

Congresso autoriza envio de tropas para o Timor

Parlamentares aprovam a adesão do país à força de paz criada pela ONU. Senador Roberto Saturnino considerou pequeno o número de militares brasileiros escalados para a missão

Em sessão presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães, o Congresso Nacional aprovou ontem mensagem do presidente da República solicitando autorização para o Brasil enviar tropas para o Timor Leste. O contingente brasileiro de até 50 policiais do Exército deverá juntar-se à força de paz multinacional, encarregada pela ONU de restabelecer a normalidade no Timor, cuja população aprovou sua separação da Indonésia, em plebiscito realizado no último dia 30. A aprovação do envio de tropas atende a um preceito constitucional e se dá através de decreto legislativo.

Conforme a mensagem presidencial, o objetivo da missão é "restaurar a paz e a segurança no Timor Leste, proteger e apoiar as ações da ONU e facilitar as operações de assistência humanitária". O documento registra a elaboração em breve de uma outra mensagem solicitando a abertura de créditos adicionais no Orçamento da União para custear o envio e a manutenção das tropas brasileiras.

Apesar de ter sido aprovada por unanimidade, a mensagem presidencial foi criticada pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), que considerou "ridículo" o número de 50 militares que deverão embarcar para o Timor.

— Diante do clamor nacional e internacional que tem-se levantado contra as barbaridades perpetradas pelas milícias e os soldados da Indonésia contra o povo timorense, enviar apenas 50 militares, que não são nem soldados, pois pertencem à Polícia do Exército, é ridículo — afirmou Saturnino.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) concordou com Saturnino, mas fez questão de ler da tribuna ofício do senador Antonio Carlos Magalhães, no qual o presidente do Congresso



Durante a sessão do Congresso, o senador Eduardo Suplicy leu carta enviada por ACM ao presidente da Assembléia da República Portuguesa

responde mensagem que lhe foi enviada pelo presidente da Assembléia da República Portuguesa, Antonio de Almeida Santos.

No documento, Antonio Carlos assegura que a posição do Senado brasileiro coincide com o ponto de vista de Almeida Santos quanto à necessidade de uma "clara e firme tomada de posição" sobre a violência no Timor e acrescenta: "Por decisão unânime, foram então aprovados (pelo Senado) um voto de solidariedade e apoio ao teor dessa comunicação enviada pelo amigo e também um

voto de censura ao governo indonésio".

Suplicy também informou ao plenário que, por iniciativa dos integrantes do Bloco Oposição e contando com a assinatura do presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), senador José Sarney (PMDB-AP), e de mais de 30 políticos e intelectuais, foi enviado ofício ao embaixador da Indonésia, Sutadi Djakusuma, apelando ao governo daquele país para que faça cessar imediatamente as atrocidades e processar aqueles que são por elas responsáveis.

Situação se agravou após realização de plebiscito

Os partidários da independência do Timor Leste obtiveram 78,5% dos votos, contra 21,5% favoráveis à proposta de Jacarta de um regime de autonomia dentro da Indonésia, no plebiscito realizado em agosto. Grupos paramilitares inconformados com o resultado passaram a perseguir a população timorense. "A situação de segurança no território deteriorou-se rapidamente", diz a mensagem do presidente Fernando Henrique Cardoso. O texto enviado ao Congresso estima que mais de 300 mil timorenses — ou seja, mais de um terço da população antes dos conflitos — tenham sido mortos ou forçados a abandonar o país.

O envio das tropas brasileiras foi precedido pelo assassinato de funcionários da missão das Nações Unidas na

capital timorense, Díli. Conforme a mensagem do Executivo, a situação de insegurança levou à retirada dos efetivos da ONU, inclusive 12 brasileiros, para a Austrália.

— Considero necessário que o Brasil continue a prestar todo o apoio possível à restauração da paz e estabilidade no Timor — diz o presidente, salientando que alguns dos atos cometidos em Díli podem ser classificados em várias categorias de crime internacional.

O Timor Leste foi colônia portuguesa por 400 anos. Em 1975, após o fim da ditadura salazarista, os portugueses deixaram o Timor de forma brusca.

No ano seguinte, o território foi anexo pelos indonésios. Segundo organismos internacionais, a luta pela independência pode ter custado cerca de 200 mil vidas no Timor.

Vetos presidenciais a 54 projetos são mantidos

Na sessão realizada na última quarta-feira, o Congresso manteve os vetos do presidente da República a 54 projetos de lei. Entre as matérias integralmente rejeitadas pelo Executivo encontram-se projetos que dispõem sobre a aplicação e divulgação de índices de desempenho dos serviços de saúde e sobre o piso salarial de médicos e cirurgiões-dentistas. Tiveram vetos parciais 31 leis, incluindo o Código de Trânsito Brasileiro, que recebeu 118 vetos.

Cada deputado ou senador registrou seu voto — sim, não ou abstenção — em cédula única para cada item vetado pelo presidente da Re-

pública. Seis projetos, um com veto total e outros cinco com vetos parciais, foram retirados de pauta, assim como nove itens vetados do Código de Trânsito Brasileiro. Os votos dos parlamentares foram apurados pelo Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen).

Mesmo com a retirada desses projetos, os parlamentares tiveram de se posicionar sobre 299 tópicos. As cédulas foram colocadas em urnas espalhadas pelo plenário da Câmara dos Deputados. Os pontos não apreciados constarão da pauta da próxima sessão do Congresso, dia 22.

Senado prepara programação para os 500 anos do Brasil

Está definida a participação do Senado nas comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil. O presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, aprovou a lista de eventos sugerida pelo diretor-geral, Agaciél Maia, que já iniciou a execução de algumas atividades. Uma delas é a edição de CD-ROM contendo toda a legislação brasileira, de 1500 a 2000. "É um ato de democratização da informação. Além do CD-ROM, toda a legislação compilada estará disponível também através do site do Senado na Internet", assinalou Agaciél.

O diretor-geral explicou que a importância da participação do Senado nas comemorações dos 500 anos é medida pela decisiva atuação da instituição nos principais acontecimentos

políticos ao longo da história brasileira. "Além disso, o Senado foi escolhido como a tribuna ideal por algumas das principais personalidades políticas do país, como José Bonifácio, Duque de Caxias, Barão do Rio Branco, Rui Barbosa, Juscelino Kubitschek, Aureliano Chaves, Tancredo Neves, José Sarney, Itamar Franco, Marco Maciel e o atual presidente da República, Fernando Henrique Cardoso", lembrou Agaciél.

Uma comissão composta por servidores do Senado e da Câmara dos Deputados definirá datas e outros detalhes da programação. O Senado estará representado na comissão pelo secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva, pelo diretor da Secretaria de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita, pelo dire-

tor-executivo do Instituto Legislativo Brasileiro, Mário Lúcio de Medeiros, além de Agaciél Maia.

Outro grande evento programado é a exposição no Salão Negro de peças que simbolizem as diversas fases da história política brasileira nesses 500 anos, como a coroa de d. João VI. Para isso, Agaciél Maia já está mantendo contato com museus, como o Museu Imperial de Petrópolis e o Museu Nacional no Rio de Janeiro, que possam emprestar peças para a exposição. Segundo Agaciél, essas instituições têm-se mostrado receptivas à idéia de empréstimo, desde que não sejam móveis, devido ao clima seco de Brasília. As peças serão selecionadas por um historiador, que também fará o portfólio da exposição.

O Senado está acertando com o arquiteto Oscar Niemeyer a construção de um monumento em homenagem aos 500 anos do Descobrimento do Brasil. Ainda fazem parte da programação a realização de um concurso de monografias sob o tema "O Senado na História do Brasil"; a criação de uma marca a ser utilizada em todos os impressos da Casa e no *Jornal do Senado*; além de vinhetas para a rádio, a TV e o site na Internet.

Estão sendo organizados, finalmente, o seminário "Brasil 500 Anos", reunindo estudiosos e políticos brasileiros, portugueses e dos demais países de língua portuguesa; mostra na Senado Galeria, na qual cada um dos estados da Federação apresentará um momento relevante da sua his-



Agaciél Maia anunciou a edição em CD de toda a legislação brasileira desde a época do descobrimento

tória que tenha contribuído para a formação do Brasil; e um ciclo de filmes sobre a história brasileira, dentro do já existente projeto Cultura ao Meio-Dia.

Roberto Saturnino diz que Brasil precisa de socialismo

Segundo o senador, neoliberalismo é incapaz de dar resposta a questões fundamentais, como a oferta de emprego e a promoção da justiça social

Ao afirmar que o neoliberalismo nega os princípios e objetivos que eram essenciais ao liberalismo originário, como a democracia da igualdade, a ética do trabalho e da justiça social e a eliminação dos privilégios estruturais, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) defendeu a viabilidade da proposta socialista no Brasil de hoje. Esta possibilidade assenta-se, segundo o senador, “na



Para Saturnino, só o socialismo pode tirar o Brasil do atraso

certeza de que a proposta socialista é capaz de realizar a sociedade justa e também próspera e a vida digna para todos os brasileiros”.

Saturnino entende que tal proposta vai se definindo “à medida que avança o repúdio ao modelo neoliberal”. Segundo o senador, cresce o repúdio ao “absolutismo do mercado” em todo o mundo, solidificando-se e ampliando-se a convicção política interna de que “o único

projeto capaz de retirar o país do enredamento em compromissos de retardamento e submissão é o projeto do Brasil em vias de socialismo”.

A retomada do domínio sobre os destinos da nação, em termos imediatos, segundo o senador, exige uma atitude de rompimento com as exigências do mercado financeiro internacional mediante a implantação de um mecanismo de controle centralizado do câmbio. A partir daí, entende Saturnino, viabiliza-se a possibilidade de execução de um novo projeto desenvolvimentista, com redução das taxas de juros e a adoção de políticas incentivadoras do crescimento de setores estratégicos. Esse novo desenvolvimento, destacou Saturnino, deve ser marcado pelos propósitos da justiça social e do esforço educacional.

O projeto, frisou o senador, deve ter

uma articulação internacional capaz de gerar fatores que garantam o seu êxito. Ele citou a articulação integradora com os países da América do Sul e a articulação com as forças políticas do mundo que buscam estabelecer controles e restrições sobre a especulação financeira do mundo globalizado.

Saturnino citou, também, como “missão específica e típica do movimento socialista”, a questão do emprego, a transferência do capital para o trabalho dos ganhos de produtividade gerados pela ciência e a democratização na gestão das empresas. Observou que esses objetivos requerem luta política e negociação democrática, mas que o longo caminho a percorrer “não pode esmorecer o ânimo socialista”. Para ele, é possível ocupar espaços dentro do regime capitalista e apresentar desempenho diferente do poder capitalista, “desenvolvendo ações pautadas na ética socialista mesmo sem pretender mudar a ordem política e econômica vigente”.

Mozarildo quer restringir propaganda de álcool

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) apresentou projeto que altera o Código Brasileiro de Telecomunicações, proibindo a veiculação de publicidade de bebidas alcoólicas e fumo, nas emisoras de rádio e televisão, antes das 22 horas. O parlamentar argumenta que os efeitos do consumo de álcool e fumo, principalmente entre os jovens, já são conhecidos da sociedade. Ele observa que na maioria dos casos, o mau exemplo vem dos próprios lares, aliado à propaganda da televisão, que associa o uso desses produtos “ao sucesso, à saúde, à popularidade e a diversos outros valores importantes à juventude”.

Entretanto, acrescenta Mozarildo,

“crescem na mesma proporção, em todo o mundo, movimentos contra o que chama de “a indústria de morte”. O senador citou artigo do Código Brasileiro de Telecomunicações que determina que a programação das emisoras deve ser voltada para finalidades educativas e culturais.

— Temos segurança de que este projeto conspira a favor dos superiores interesses nacionais, penalizando tão-somente as rendas auferidas pela referida indústria da morte, a saber, a indústria do álcool e do tabaco e, subsidiariamente, aquelas auferidas pelo governo, naquilo que recolhe polpudos impostos — concluiu Mozarildo Cavalcanti.



O projeto de Mozarildo também estabelece restrições para a propaganda de cigarros

Amorim cobra seriedade do ministro do Meio Ambiente

“É hora de sair da poesia e do amadorismo na questão de meio ambiente e ter uma atitude mais profissional, séria e responsável”, disse o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) ao criticar o que chamou de atitudes demagógicas em relação ao meio ambiente no Brasil.

O senador citou como exemplo portaria recente do ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, que suspendeu a emissão



Ernandes Amorim criticou portaria de Sarney Filho

de autorização de queimadas, cancelando as já concedidas. Ele observou que aqueles que tiveram a autorização cancelada foram ao Ibama, cumpriram as exigências da lei, receberam autori-

zação, tiveram despesas com o desmatamento e, na hora de fazer a queimada, ficaram impedidos. “Da próxima vez, esse cidadão vai ignorar a lei”, alertou.

Ernandes Amorim lembrou que os rios do país estão secando por falta de preservação das nascentes, das margens dos cursos d’água e das encostas íngremes. Embora o desmatamento dessas áreas seja proibido, observou o senador, “o poder público não tem coragem de fazer cumprir a lei”. O senador também apontou a falta de prevenção contra a poluição e contaminação dos lençóis d’água nas regiões

industrializadas.

Criticou também a operação Macuã, segundo ele, uma “verdadeira produção cinematográfica” montada, com o emprego do Exército e de helicópteros, para a retirada de populações excluídas que migram para a Amazônia.

— Não interessam programas sérios, de educação ambiental, de financiamento para a recomposição das reservas florestais legais, de pesquisa e divulgação das alternativas da biodiversidade. Por que há cinco anos a Universidade Federal de Rondônia reclama recursos para instalar uma faculdade de engenharia florestal, e não consegue? Por que a Embrapa não pesquisa novas alternativas da biodiversidade? — questionou Amorim.

Bello Parga propõe que fundos contemplem setor de serviços

O senador Bello Parga (PFL-MA) apresentou projeto que inclui entre os beneficiários dos recursos dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste as pessoas físicas e as cooperativas de produção que exerçam suas atividades nos setores comercial e de serviços.

Ele explicou que sua iniciativa procura corrigir uma distorção, uma vez que a lei que trata dos beneficiários dos créditos dos fundos constitucionais (os setores de agropecuária, mineral, industrial e agroindustrial) para o financiamento de suas atividades excluiu os de comércio e serviços.

Segundo Bello Parga, para que os fundos constitucionais possam cum-



Bello Parga: medida propiciará “aumento do fluxo de capitais”

prir a missão que lhes foi atribuída pela Constituição de 1988, o desenvolvimento econômico e social das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, “é fundamental atender, também, os investidores do setor terciário”.

— A inserção das atividades do comércio e de serviços dentre as beneficiárias dos recursos dos fundos constitucionais torna-se imperiosa, na medida em que pretende propiciar o crescimento harmonioso das atividades econômicas das regiões, com melhor aproveitamento da mão-de-obra local, aumento do fluxo de capitais, elevação da arrecadação tributária e uma distribuição de renda mais justa para a sociedade — justificou.

Senadores sugerem data para comemorar o Dia do Advogado

Os senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC), Romeu Tuma (PFL-SP) e Bernardo Cabral (PFL-AM) apresentaram projeto que institui o dia 11 de agosto, data da criação dos cursos jurídicos no Brasil, como o Dia do Advogado. A matéria, que tramitará em caráter terminativo, foi encaminhada à Comissão de Educação.

Os parlamentares argumentam que, embora o dia 19 de maio conste no calendário das datas nacionais como a data para a celebração do dia do advogado, tradicionalmente as comemorações são realizadas em 11 de agosto. Além disso, observam, em 1963 o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil decidiu aprovar o



Maldaner: homenagem aos “defensores das liberdades”

dia 11 de agosto como data comemorativa dos advogados, com a maioria dos votos das representações estaduais. A resolução do conselho foi encaminhada à Câmara dos Deputados para instituir oficialmente a data, mas isso não aconteceu.

Assim, lembram os autores da proposta, o Dia do Advogado é comemorado em 11 de agosto apenas por decisão do Conselho Nacional da OAB. Três projetos oficializando a data, apresentados à Câmara dos Deputados em 1955, 1975 e 1987 foram arquivados. O projeto agora apresentado, segundo os senadores, “materializa definitivamente esta justa homenagem aos advogados, lídimos defensores das liberdades no Brasil”.

Patrocínio defende punição para quem vazar informação

A divulgação ilegal de informação privilegiada, obtida em razão da função, cargo, ofício ou profissão pode ser considerada crime. O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) apresentou projeto de lei nesse sentido, que se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Conforme o projeto, a divulgação que possa trazer vantagens pecuniárias e cause prejuízos econômicos a terceiros e ao patrimônio público, constituirá crime previsto no Código Penal.

Segundo o senador, apesar de o Código Civil, o Regime Jurídico Único e o próprio Código Penal, entre outras leis, penalizarem, de forma genérica, a ma-

nipulação ilegal de informação privilegiada, “volta e meia a sociedade escandaliza-se com notícias de enriquecimento financeiro ilícito originados em informações, por parte de grandes empresários, de funcionários, de servidores públicos e até mesmo membros do governo”.

Em contrapartida, poucas vezes são aplicadas punições aos infratores, e o pior, a lei penal não prevê severas penas para esse tipo de crime. “Essa proposição visa aumentar a eficácia social da lei por meio de uma tipificação mais definida e precisa do delito”, argumenta Patrocínio.

Rocha apóia indicação de Jader para relator do PPA

A indicação do senador Jader Barbalho (PMDB-PA) para relator do Plano Plurianual (PPA), feita pelo presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), recebeu ontem em plenário o apoio de Sebastião Rocha (PDT-AP), que considerou legítima a decisão de Mestrinho e apontou um processo de desagregação da base governista.

Rocha lembrou que Jader é aliado do governo, tem competência e está comprometido com o combate às desigualdades regionais. Afirmando que o PPA nada mais é que uma carta de intenções, Rocha manifestou seu desagrado com as metas do plano, por considerar que mais uma vez as regiões menos favorecidas estão sendo prejudicadas.

Segundo Sebastião Rocha, a crise na base de apoio do governo pode ser constatada em dois episódios recentes: os ataques do ex-ministro do Desenvolvimento, Clóvis Carvalho, à política econômica, que culminaram com sua exoneração, e a indicação de Jader para relator do PPA, quando os líderes dos partidos governistas decidiram que o cargo deveria ser ocupado por um representante do PSDB.

Em aparte, Jader agradeceu a manifestação de Rocha e afirmou que estará atento à questão das desigualdades entre as regiões. Já Gilberto Mestrinho ressaltou estar cumprindo o Regimento da Casa e disse que o apoio de Rocha deveria ser entendido como uma homenagem ao Parlamento.

Estevão quer que faculdade ateste qualidade do ensino

Com a finalidade de pressionar as faculdades particulares na busca da melhoria da qualidade do ensino que oferecem, o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) apresentou projeto de lei exigindo que as entidades de ensino superior apresentem o certificado de avaliação positiva do Ministério da Educação (ME) para se habilitar aos programas de financiamentos públicos ao estudante, como o crédito educativo.



Luiz Estevão acha que Provão não basta para garantir bom ensino

Luiz Estevão lembra que a legislação existente sobre a concessão de empréstimos para estudantes pagarem seus estudos em universidades particulares não prevê a exigência do certificado que com-

prova a qualidade da entidade de ensino superior:

— Pouco ou nada adiantará ao estudante obter um financiamento público para custear seus estudos em uma instituição de ensino superior que não tem qualidade.

Embora reconheça que o Provão, que permite ao Ministério da Educação aferir a qualidade do ensino nas faculdades brasileiras, tenha sido instituído em boa hora, Luiz Estevão entende que há ainda a necessidade de se exigir o certificado de avaliação positiva para a obtenção de financiamentos públicos. A matéria foi remetida à Comissão de Educação, em caráter terminativo.

CPI do Judiciário viaja na segunda para Mato Grosso

Senadores vão ao estado iniciar apuração das denúncias feitas contra Tribunal de Justiça, e que teriam causado morte de juiz

A comitiva dos membros da CPI do Judiciário, integrada pelo vice-presidente Carlos Wilson (sem partido-PE), o relator Paulo Souto (PFL-BA), os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), Maguito Vilela (PMDB-GO) e Amir Lando (PMDB-RO), além de dois assessores do Senado, viajará na próxima segunda-feira, às 22h, para Cuiabá (MT) com o objetivo de iniciar a



Carlos Wilson chefiará a comitiva, que passa dois dias em Cuiabá

apuração das denúncias contra o Tribunal de Justiça do estado, feitas pelo juiz assassinado Leopoldino Marques do Amaral. A chegada na cidade está prevista para a meia-noite.

Na terça-feira, os senadores encontram-se às 9h com o presidente da seccional da OAB de Mato Grosso, Ussiel Tavares da Silva Filho, que também

integrará a comitiva da CPI. Em seguida, por volta das 10h, haverá uma visita ao presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, deputado José Geraldo Riva. O almoço será na companhia do governador do estado, Dante de Oliveira, na residência oficial do governo.

No período da tarde, às 14h30, a comitiva da CPI fará uma visita à advogada Rosemar Monteiro, viúva do juiz Leopoldino Marques do Amaral. Logo que o corpo do magistrado foi encontrado queimado e com dois tiros, ela afirmou, em entrevista ao jornal *O Glo-*

bo, que seu marido estava denunciando a cúpula do Judiciário mato-grossense porque tinha provas. Às 16h, os senadores participam de audiência com o procurador da República, Pedro Taques, que poderá fornecer informações sobre o caso.

A programação da quarta-feira inclui, às 10h, uma visita ao presidente do Tribunal de Justiça do estado, desembargador Wandyr Clait Duarte, que no início desta semana enviou ofício ao presidente da

CPI, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), colocando o tribunal à disposição para prestar quaisquer informações sobre as denúncias envolvendo membros do tribunal. O último compromisso em Cuiabá, às 14h, é uma visita ao superintendente da Polícia Federal no estado, Cláudio Luiz da Rosa.



Juíza ameaçada vai prestar depoimento

Os senadores da comissão parlamentar de inquérito que está investigando denúncias de irregularidades no Poder Judiciário definirão na próxima semana a data em que a juíza Nirvana Melo Viana, titular da comarca de Porto Calvo (AL), virá a Brasília prestar depoimento. Há cerca de duas semanas ela indiciou um juiz, um promotor, um padre e três fazendeiros acusados de prática de orgias sexuais envolvendo menores.

De acordo com o vice-presidente

da CPI do Judiciário, senador Carlos Wilson, a convocação de Nirvana Viana, aprovada na quarta-feira, foi uma decisão tomada por precaução, para evitar que ocorresse com a juíza o mesmo que aconteceu com o juiz Leopoldino Marques do Amaral, assassinado depois de denunciar irregularidades no Tribunal de Justiça de Mato Grosso:

— Se for preciso, este poderá ser um novo caso a ser investigado pela CPI do Judiciário. Vai depender do

teor das denúncias e informações que a juíza Nirvana Viana prestará quando vier depor no Senado — informou Carlos Wilson.

Segundo noticiário da imprensa, Nirvana Viana vem sendo ameaçada de morte desde que denunciou o envolvimento de autoridades locais com prostituição infantil. No início desta semana, ela foi recebida em Brasília pelo ministro da Justiça, José Carlos Dias, que destacou a Polícia Federal para garantir a integridade da juíza.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 — *Senado em Pauta*
7h — *Saúde Todo Dia* — Remo
7h30 — *Especial Unip* — Linguagem musical
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h25 — *Senado em Pauta*
8h30 — *Entrevista* — O senador José Fogaça fala sobre a renegociação de dívidas de municípios, com menos de um milhão de habitantes, com a União
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Comissão de Assuntos Econômicos (gravada em 14.4.99)
13h30 — *Consulta Marcada* — O neurologista Wagner Afonso Teixeira aborda as causas, as crises e o tratamento da epilepsia
14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)
19h30 — *Especial* — Xingu. Este programa mostra as festas, os costumes, as lendas e a cultura dos povos indígenas do Parque Nacional do Xingu
20h — *Cores do Brasil* — Pernambuco
20h30 — *Entrevista* — O senador José Fogaça fala sobre a renegociação de dívidas de municípios,

com menos de um milhão de habitantes, com a União

21h — *Jornal do Senado*
21h25 — *Senado em Pauta*
21h30 — *Consulta Marcada* — O neurologista Wagner Afonso Teixeira aborda as causas, as crises e o tratamento da epilepsia
22h30 — *Síntese*
23h30 — Filme — *Bye, bye, Brasil*

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
9h — Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação

Eduardo acha "injustas" críticas da oposição a FHC

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) afirmou que são injustas e impropriedades as acusações de setores de oposição que acusam o presidente Fernando Henrique Cardoso de "imobilismo, incompetência e desprezo pelo social". Segundo o senador, para confirmar que o governo continua "vivo e atuante", basta citar algumas medidas recentemente adotadas pelo presidente, entre elas a proposta orçamentária para o ano 2000, o projeto *Avança, Brasil*, que somente na área social deverá investir, nos próximos quatro anos, R\$ 33 bilhões, envolvendo saúde, educação, assistência social, saneamento básico e habitação:

— A propósito, o projeto *Avança, Brasil* prevê investimentos da ordem

de US\$ 165 bilhões em metas e obras prioritárias de infra-estrutura, que irão gerar milhões de novos empregos — acrescentou Eduardo.

De acordo com o senador pelo Tocantins, outras medidas implementadas pelo governo, tais como a prorrogação do acordo automotivo com as montadoras garantindo os empregos por 90 dias, a proibição do fumo em aviões e ônibus, e ainda a majoração das multas para quem adultera combustíveis, são apenas alguns exemplos de que o governo está atuando em favor da população, cujo interesse tem sido "defendido e preservado, ao contrário do que muitos afirmam, talvez por desconhecimento da verdade".

Para o parlamentar, o presidente da República enfrenta, no momento,



Eduardo: medidas impopulares, mas necessárias para assegurar a estabilidade

essa situação porque se viu obrigado a tomar medidas impopulares indispensáveis para garantir a estabilidade da economia. Ele observou que todos temos "memória curta", pois há poucos anos "a inflação galopante destruiu vertiginosamente o valor da moeda e, conseqüentemente, o poder de compra dos salários".

Patrocínio denuncia mais desigualdade entre regiões

Senador afirma que não pode almejar qualquer espécie de futuro uma federação que aumenta o fosso entre estados ricos e pobres

Sob o modelo econômico vigente desde 1990, a desconcentração econômica atingida na década de 80 foi completamente revertida e as desigualdades regionais, aprofundadas, exigindo a retomada de políticas que reduzam essas disparidades, alertou ontem o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO).

— Não é sequer concebível, não pode almejar qualquer espécie de futuro uma república federativa na qual o fosso a separar os estados mais ricos daqueles mais pobres alarga-se progressivamente, ao invés de estreitar-se — disse.

Beseando-se em dados de pesquisa elaborada sobre o assunto pelo economista Márcio Pochmann, da Unicamp, Patrocínio salientou que, na década de 80, a diminuição das diferenças de renda *per capita* entre as regiões foi assegurada por um crescimento acelerado das regiões mais pobres, aliado a algum retrocesso na atividade econômica nas regiões Sul e Sudeste. Assim, entre 1980 e 1988, o PIB *per capita* do Norte aumentou 27%, do Nordeste, 21% e do Centro-



Carlos Patrocínio defende um desenvolvimento mais rápido dos estados mais pobres da Federação

Oeste, 18%, enquanto o Sul e o Sudeste registraram uma queda de 1% no seu PIB *per capita*.

Mesmo após esse período, a renda por habitante do Nordeste não excedia a 49% da média nacional, afirmou o senador, e, em 1995, não ultrapassava 47,5%.

Nas raízes dessa retomada do aprofundamento das desigualdades regionais está a modificação do modelo econômico na década de 90, quando o Estado deixa de fomentar pólos de crescimento e investir em grandes

obras de infra-estrutura viária e de telecomunicações, abandonando seu papel de intervenção na economia, como destacou o pesquisador da Unicamp, segundo Patrocínio. Sem o estímulo do poder público à desconcentração da atividade econômica, esse papel passou a ser ocupado pela guerra fiscal, “mas todos sabemos da trajetória suicida que pode estar embutida nessa política”, disse o senador.

Carlos Patrocínio fez questão de dizer que, ao apontar as desigualdades regionais, não estaria defendendo que se retarde o desenvolvimento dos estados mais ricos, mas, sim, que é preciso dar um ritmo mais célere ao desenvolvimento das unidades federadas mais pobres.

Em aparte, o senador José Alencar (PMDB-MG), em concordância com Patrocínio, afirmou que “há um equívoco nacional” na adoção de uma política de subserviência crônica. Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), por sua vez, considerou que “o Brasil está proibido de explorar seus recursos naturais por uma ditadura ambiental”.

Cândido: combate à pobreza exige rompimento com FMI

O melhor programa a ser colocado em prática pelo governo para combater a pobreza e a miséria do país é o rompimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a suspensão do pagamento da dívida externa, disse ontem o senador Geraldo Cândido (PT-RJ). Para ele, se o governo não alterar a atual política econômica, dificilmente terá sucesso em projetos voltados para a área social.

Entende o senador que a dívida exter-



Cândido diz que governo deve estimular mercado interno

na brasileira “é imoral, ilegítima e já foi paga há muito tempo”. Por isso, ele acha que a sociedade deve debater amplamente o problema, “a fim de encontrar uma saída digna para o país e lutar contra a opressão e a espoliação dos credores externos”.

Para Geraldo Cândido, é chegado o momento de o governo buscar uma nova alternativa econômica, com o objetivo de priorizar o mercado interno e atender aos reclamos da po-

pulação, ao invés de continuar atrelado à política imposta pelo FMI. A seu ver, o país já está cansado da submissão do governo ao sistema financeiro, tanto nacional quanto internacional.

Ele citou a indicação do banqueiro e empreiteiro Alcides Tápias para o Ministério do Desenvolvimento como uma demonstração de que o governo de Fernando Henrique Cardoso está preso e submisso ao capital financeiro, justamente o único setor a lucrar com a crise, segundo ressaltou.

— Submisso aos banqueiros nacionais, o governo FHC é subserviente ao capital financeiro internacional — afirmou Geraldo Cândido, acrescentando que na recente vinda de técnicos do FMI ao país ficou claro que o fundo quer a privatização do que restou do patrimônio nacional.

Luzia Toledo quer atualizar Lei do Divórcio quanto à pensão alimentícia

Projeto apresentado pela senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) inclui na Lei do Divórcio dispositivos estabelecendo que, no caso de novo casamento ou união estável, o cônjuge credor perderá o direito à pensão alimentícia. A matéria foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa.

Luzia Toledo lembra na justificação

da matéria que, embora existam leis que tratam da extinção do dever de pagar pensão alimentícia após nova união, “não se registra, no âmbito da Lei do Divórcio, o mesmo cuidado em relação ao dever de prestar alimentos”. A senadora entende que “é justo que ela seja atualizada em relação à prestação alimentícia não só em termos do direito de receber alimentos,

mas também no que toca à cessação da obrigação de prestá-los”.

Com as alterações propostas, argumenta a senadora, a lei poderá prever, de modo abrangente, as hipóteses em que a nova união faz cessar a obrigação de prestar alimentos.



Luzia quer fixar hipóteses de cessação da obrigação

Pontes rejeita mudança no Banco do Nordeste

Contrário à transformação do Banco do Nordeste em um banco de fomento, o senador Luiz Pontes (PSDB-CE) apresentou números com o objetivo de mostrar o destacado papel da instituição financeira no fortalecimento da região. Os R\$ 3,2 bilhões de recursos novos aplicados em 1998 equivalem a 68% de todos os financiamentos efetuados no Nordeste, informou o senador. No último mês de junho, esse índice chegou a 76% de todos os recursos bancários investidos na região. A prioridade do órgão é financiar clientes de pequeno e médio portes, que receberam 76,8% do total de recursos.

Em discurso ontem, Luiz Pontes ressaltou o grande crescimento do volume de dinheiro aplicado pelo banco, que não passava de R\$ 605 milhões quatro anos antes. O crescimento do número de financiamentos é geométrico, segundo o senador: de 24,4 mil em 1994, chegou a 517,4 mil em 1998, contratos que possibilita-



Luiz Pontes observa que o BNB tem papel fundamental no Nordeste

ram a geração de 651,6 mil empregos.

Para Luiz Pontes, em vez de tentar enfraquecer o banco, o que se deve fazer é canalizar mais recursos para a instituição, “um patrimônio do Brasil e do povo nordestino”. O senador parabenizou a atual administração do Banco do Nordeste, na pessoa de seu presidente, Byron Queiroz, pelo avanço nas ações que desenvolve. O maior mérito dessas ações, sublinhou, “consiste na iniciativa de estimular o potencial endógeno de crescimento econômico dos municípios nordestinos”.

A atuação do Banco do Nordeste nos municípios da região Nordeste e do Vale do Jequitinhonha (MG e ES), segundo o senador, “certamente contribuiu para que o crescimento do PIB na região fosse de 1,9% maior que o do Brasil, no período 1995-1998”. Para ele, esses números mostram “a importância e o papel social do Banco do Nordeste para a região”. Luiz Pontes foi apartado pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

Rocha adverte para risco de intervenção na Colômbia

Os riscos de uma intervenção militar norte-americana na Colômbia, ao lado da cobiça internacional sobre a Amazônia, preocupam o senador Sebastião Rocha (PDT-AP), que cobrou ontem uma ação mais firme do governo brasileiro e o oferecimento de sugestões por parte do Senado para resolver a crise colombiana.

Sebastião Rocha saudou a atuação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional — presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), que convidou o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampraia, para esclarecimentos — e defendeu a criação de uma comissão especial do Senado para discutir os reflexos da situação colombiana no Brasil. Essa comissão já foi proposta por Rocha.

O Brasil tem com a Colômbia uma enorme fronteira de 1.600 quilômetros, lembrou. Ele destacou quatro motivos que o levam a interessar-se pelos problemas daquele país: a sua situação interna, com instabilidade política e recessão econômica, agravada pela “simbiose na ação do narcotráfico e da guerrilha”; a proxi-



Rocha teme que crise se alastre para outros países da região

midade com o Brasil e a fragilidade das fronteiras na região; a presença de interesses norte-americanos na área; e o fato de que compete ao Congresso Nacional manifestar-se sobre assuntos pertinentes à política externa brasileira.

O senador chamou atenção para o fato de que crises com a dimensão da que vive a Colômbia raramente se circunscrevem a um único país. Ele recordou que, enquanto as décadas de 1960 e 1970 marcaram a irrupção de golpes militares por toda a América Latina, os anos 80 assistiram ao fim desses regimes de exceção. Em ambos os casos, disse, os fatos ocorreram em série, atingindo quase toda a região.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) ressaltou a importância do tema tratado por Sebastião Rocha. Tuma disse que a Colômbia está assumindo o controle da produção de todas as drogas pesadas do mundo. Depois de dominar o mercado de cocaína, voltou-se para a heroína e já é responsável por 40% da produção mundial da droga.